SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO 17

1.1 Origem histórica, função e significado do recurso extraordinário e especial 17

1.2 CPC e precedente 23

1.3 Diferenciação entre precedente, jurisprudência e súmula 24

1.4 Considerações iniciais sobre a estrutura normativa do sistema de precedentes no CPC 27

1.5 Artigo 926 do CPC – uma norma principiológica 27

1.5.1 Dever de estabilidade 28

1.5.2 Dever de integridade 29

1.5.3 Dever de coerência 30

1.6 Artigo 927 do CPC – da existência de precedentes vinculantes 32

1.7 Vantagens para adoção de um sistema de precedentes vinculantes 34

1.7.1 Segurança jurídica 34

1.7.2 Isonomia 36

1.7.3 Duração razoável do processo 37

CAPÍTULO II

ASPECTOS COMUNS AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL 39

2.1 Introdução 39

2.2 Requisitos comuns (específicos) de admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário 41

2.2.1 Irrecorribilidade das decisões nas instâncias ordinárias (*esgotamento prévio das instâncias ordinárias*) 41

2.2.2 Circunscrição à matéria exclusivamente de direito 43

2.2.2.1 A limitação da discussão às questões exclusivamente de direito 43
2.2.2.2 Questões controvertidas sobre matéria de fato e de direito (revaloração X reexame e outros assuntos)..... 45
2.2.3 Necessidade de formação da denominada "causa decidida" por meio do prequestionamento 49
2.2.3.1 Causa decidida: conceito e abrangência 49
2.2.3.2 Prequestionamento (um mito a ser desconstituído)..... 52
2.2.3.3 Evolução histórica e abrangência da expressão "prequestionamento" 53
2.2.3.4 Conceito de prequestionamento e sua distinção em relação à "causa decidida" 57
2.2.3.5 Causa decidida expressa, implícita e ficta ("prequestionamento" expresso, implícito e ficto) 60
2.2.3.6 Embargos de Declaração para fins de prequestionamento 61
2.2.3.7 Os embargos prequestionatórios não são protelatórios 63
2.2.3.8 O pós-questionamento não é suficiente para o conhecimento dos recursos excepcionais 65
2.2.3.9 Recurso com base em fundamento específico em razão da falta da declaração requerida 66
2.2.3.10 O art. 1.025 do CPC/15 e sua nova exegese (positivação do "prequestionamento ficto") 68
2.2.3.11 Entendimento doutrinário no sentido de que o art. 1.025 do CPC/15, por si só, afasta a aplicação da Súmula 211 do STJ e, por isso, torna desnecessária a apresentação de Recurso Especial com "fundamento específico" 69
2.2.3.12 O art. 1.025 do CPC/15 não supera a Súmula 211 do STJ (que continua aplicável) e, de igual forma, não afasta a exigibilidade do Recurso Especial com "fundamento específico" como instrumento técnico para otimizar a admissibilidade do recurso especial mesmo na vigência do CPC/15 70
2.3 Resumo geral do capítulo 73

CAPÍTULO III
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 77
3.1 Hipóteses de cabimento 77
3.2 Contrariedade à Constituição (art. 102, III, *a*, da CF) 77

3.3 Inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, *b*, da CF) 78
3.4 Validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (art. 102, III, *c*, da CF)..... 79
3.5 Validade de lei local contestada em face de Lei Federal (art. 102, III, *d*, da CF) – Alínea acrescida pela EC 45/04 81
3.6 Repercussão Geral (art. 102, § 3º, da CF; arts. 1.030 e 1.035 a 1.041 do CPC/2015)..... 81
3.7 Do recurso cabível contra decisão do Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem que aplica a sistemática da repercussão geral ou dos recursos repetitivos..... 84
3.8 Resumo geral do capítulo..... 86

CAPÍTULO IV
RECURSO ESPECIAL 89

4.1 Hipóteses de cabimento..... 89
4.2 Contrariedade e negativa de vigência a tratado ou lei federal (art. 105, III, *a*, da CF)..... 90
4.3 Validade ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, *b*, da CF) – Redação nova dada pela EC 45/04..... 96
4.4 Interpretação divergente da de outro tribunal..... 98
4.5 Requisitos processuais no CPC: admissibilidade, prequestionamento e saneamento de vícios formais..... 104
4.6 Filtro de relevância da questão federal infraconstitucional..... 107
4.7 Emenda Regimental n. 55/2026 do STJ: técnicas de aplicação da relevância, formação de precedentes e restrição da reclamação..... 111
4.8 Lei n. 15.484/2026: vigência, alterações no cabimento e procedimento do recurso especial..... 114
4.9 Resumo geral do capítulo..... 116

CAPÍTULO V
FINALIDADE, PROCEDIMENTO E PROCESSAMENTO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS 121

5.1 Finalidade constitucional, função nomofilácica, estabilizadora e precedental..... 121
5.2 Procedimento no CPC/2015..... 122
5.2.1 Prazo e contagem em dias úteis..... 122

5.2.2 Regime atual dos embargos de declaração e desnecessidade de ratificação automática do recurso anteriormente interposto 125
5.2.3 Petição, fundamentação vinculada, prequestionamento, repercussão geral e relevância da questão federal infraconstitucional 125
5.2.4 Preparo, deserção e saneamento de vícios formais..... 128
5.2.5 Protocolo, tempestividade e processo eletrônico 130
5.2.6 Contrarrazões e aplicação do direito à espécie..... 130
5.2.7 Efeito translativo do recurso especial decorrente do juízo positivo de admissibilidade. Aplicação do Direito à Espécie e a polêmica dos limites de cognição para o efeito translativo pelo STJ 132
5.3 Processamento e juízo de admissibilidade no art. 1.030 do CPC 137
5.4 Sistema desdobrado de admissibilidade, precedentes obrigatórios e limites da atuação dos tribunais de origem 141
5.5 Recurso especial e extraordinário repetitivos 144
5.5.1 Introdução: casos repetitivos como precedentes vinculantes.. 144
5.5.2 Regime de afetação dos recursos especial e extraordinário repetitivos no CPC/2015 145
5.5.3 Suspensão obrigatória e procedimento de "distinção" para afastar a suspensão 147
5.5.4 Consequências após o julgamento e a publicação do acórdão paradigma em recurso especial ou extraordinário repetitivo .. 150
5.5.5 Possibilidade de desistência de recurso especial ou extraordinário repetitivo..... 154
5.5.6 Recurso cabível contra decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal de origem em aplicação da repercussão geral, da relevância da questão federal infraconstitucional e dos recursos repetitivos no CPC/2015..... 154
5.5.7 Quando a lei não basta: os desafios da advocacia para fazer cumprir, em caso concreto, a remessa obrigatória do recurso excepcional ao Tribunal Superior 157
5.6 Os recursos extraordinário e especial adesivos no CPC/2015..... 160
5.7 Recurso extraordinário em face de decisões proferidas no julgamento de recurso especial 163
5.8 Resumo geral do capítulo..... 166

CAPÍTULO VI

OUTROS RECURSOS CABÍVEIS PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO E RECLAMAÇÃO 171

6.1 Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário 171
6.2 Agravo interno 178
6.3 Embargos de declaração 183
6.3.1 A importância dos embargos de declaração como instrumento de otimização de resultado para formação da causa decidida 186
6.3.2 Os embargos de declaração não podem ser usados sem técnica e sem cuidado: casos concretos que merecem atenção do advogado 188
6.4 Embargos de divergência 190
6.5 Do pedido de efeito suspensivo a recurso especial ou a recurso extraordinário 193
6.6 Reclamação 201
6.6.1 Natureza jurídica, função institucional e hipóteses de cabimento 201
6.6.2 Reclamação, recursos excepcionais e vedação ao sucedâneo recursal 202
6.6.3 Limites temporais e procedimento da reclamação 203
6.6.4 Reclamação no sistema de precedentes e no regime da relevância 203
6.6.5 Indeferimento liminar da reclamação após a Lei n. 15.484/2026 204
6.6.6 Esgotamento das instâncias ordinárias e erro no manejo concomitante 205
6.6.7 Técnica de elaboração da petição inicial da reclamação 206
6.6.8 Exemplos jurisprudenciais de cabimento da reclamação 206
6.6.9 Síntese conclusiva 209
6.7 Resumo geral do capítulo 210

CAPÍTULO VII

SÚMULAS E FILTROS DE ADMISSIBILIDADE NOS RECURSOS EXTREMOS 213

7.1 Premissas do CPC/2015 nos recursos extremos 213
7.2 Súmula 400 do STF e sua incompatibilidade funcional com o sistema do CPC/2015 213

7.3 Fundamentação adequada: Súmula 284 do STF 214
7.4 Alegação de violação a enunciado de súmula: Súmula 518 do STJ 215
7.5 Fungibilidade, erro grosseiro e poderes do relator: Súmula 322 do STF 216
7.6 Dissídio jurisprudencial e demonstração analítica: Súmula 13 do STJ ... 217
7.7 Embargos de declaração prequestionadores: Súmula 98 do STJ 217
7.8 Reexame de fatos, provas e contratos: Súmulas 279 e 454 do STF; 7 e 5 do STJ 217
7.9 Fundamentos autônomos e recursos simultâneos: Súmulas 283 do STF e 126 do STJ 219
7.10 Jurisprudência dominante, precedentes qualificados e Súmula 83 do STJ 220
7.11 Prequestionamento no CPC/2015: Súmulas 282 e 356 do STF, 211 e 320 do STJ e art. 1.025 221
7.12 Súmulas 454 do STF e 5 do STJ 223
7.13 Súmula 418 do STJ cancelada e Súmula 579 do STJ 224
7.14 Filtro de relevância do recurso especial 226
7.15 Resumo estruturado no STJ: art. 343-A do RISTJ e Instrução Normativa STJ/GP nº 42/2026 227
7.16 Quadro de súmulas vigentes relacionadas aos recursos extremos, agravos e reclamação 228
7.17 *Checklist* de admissibilidade dos recursos extremos no CPC/2015 (erros evitáveis) 232
7.18 *Checklist* com base nas Súmulas do STJ e do STF 237

CAPÍTULO VIII

TÉCNICAS DE GUERRA: O QUE FAZER E O QUE NÃO FAZER NA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXTREMOS 241

8.1 A guerra da admissibilidade: por que este capítulo é diferente 242
8.2 Primeira frente – Preparando o terreno antes do combate 243
8.2.1 A regra de ouro: otimizar o resultado e evitar erros evitáveis 244
8.2.2 Os embargos de declaração como arma do prequestionamento 245
8.2.3 A conquista do prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015) 245
8.2.4 A armadilha do efeito suspensivo dos embargos (art. 1.026 do CPC/2015) 247

8.2.5 O inimigo interno: evitando o tiro no pé 248
8.3 Segunda frente – Escolhendo bem o campo de batalha 249
8.3.1 A escolha estratégica das teses recursais 249
8.3.2 O confronto analítico bem-feito 250
8.3.3 Fugindo da Súmula 7 do STJ: reexame versus revaloração da prova 250
8.4 Terceira frente – Reconhecendo as armadilhas do inimigo 252
8.4.1 Primazia do mérito e jurisprudência defensiva: os dois filtros 252
8.4.2 Armadilhas reais: feriado local e vício de representação 253
8.4.3 O fluxo do art. 1.030 do CPC/2015 e a saída da reclamação 255
8.4.4 Outros dois erros a evitar 256
8.5 Quarta frente – Vencendo a guerra 256
8.5.1 Precedentes: entender para usar (inclusive contra a inteligência artificial dos tribunais) 256
8.5.2 A lição final: nunca desista 258
8.6 *Checklist* geral de admissibilidade dos recursos extremos no CPC/2015 (roteiro de conferência final) 262

CAPÍTULO IX
PEÇAS PRÁTICAS 267

9.1 Modelo de Embargos de Declaração para Fins de Prequestionamento (caso que foi provido no STJ – Agravo em Recurso Especial nº 2.979.147/MG – com base na revaloração da prova) 268
9.2 Modelo de Recurso Especial (caso que foi provido no STJ – Agravo em Recurso Especial nº 2.979.147/MG – depois que o ED foi julgado e rejeitado pela segunda vez) 273
9.3 Modelo de Agravo em Especial (caso que foi provido no STJ – Agravo em Recurso Especial nº 2.979.147 – MG) – depois que o ED foi julgado e rejeitado pela segunda vez) 289
9.4 Modelo de Recurso Especial com fundamento na alínea "c" do inciso III do art. 105 (caso que foi provido no STJ – Agravo em Recurso Especial n. 1.709.352/MG) 298
9.5 Modelo de Embargos de Declaração para prequestionamento do art. 1.041 do CPC (caso que foi provido no STJ – Recurso Especial n. 2.252.940/MG) 324
9.6 Modelo de Recurso Especial por ofensa ao 1.041 do CPC (caso que foi provido no STJ – Recurso Especial n. 2.252.940/MG) 333
9.7 Modelo de Recurso Extraordinário (caso que foi provido no STF – Ag. Reg. no Recurso Extraordinário com Agravo 1.457.899 com determinação de retorno para origem) 345

9.8 Modelo de preliminar de arguição de relevância para atender ao que estabelece a nova regra do art. 1.035-A do CPC (inclusive para o caso de relevância presumida)..... 355

CAPÍTULO X
ANEXO (LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA)..... 361

10.1 Regimento Interno do STF..... 361
10.2 Regimento Interno do STJ..... 363
10.3 Repositórios autorizados e fontes oficiais de jurisprudência..... 399
10.4 Instrução Normativa 42 do STJ..... 400
10.5 Emenda Regimental 55/26 do STJ..... 406
10.6 Súmulas do STF e do STJ..... 408
10.7 Instrução Normativa STJ/GP nº 42, de 19 de agosto de 2026 – regulamentação do art. 343-A do Regimento Interno do STJ..... 412
10.8 Modelo de "resumo estruturado" conforme Instrução Normativa 42 do STJ (art. 3º, §1º)..... 413
Outras observações relevantes da Instrução normativa..... 414
Notas finais para preenchimento..... 414

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 415